

ESTÁGIO EM GESTÃO ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Karen Virginia da Silva Guedes ¹

Antonio Roniskel de Oliveira ²

Joilson Silva de Sousa ³

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de destacar e refletir sobre as experiências vivenciadas no estágio supervisionado da disciplina de Gestão Escolar, desenvolvido em uma escola pública de ensino fundamental do município de Iguatu, localizado na região centro-sul do Ceará. A pesquisa é de abordagem qualitativa, a partir dos dados obtidos no campo empírico, desta forma, iremos destacar a importância do estágio supervisionado na gestão escolar e as contribuições para o processo de formação de professores, apresentando as atividades e planejamentos realizados durante todo o estágio. Será destacada a importância do estágio para a formação docente, pela possibilidade de uma instrução mais qualificada, através dos primeiros contatos com o planejamento e organização de cada setor em uma instituição escolar. A partir da análise da documentação da instituição, será possível a compreensão dos métodos, regras e metas que direcionam a gestão e possibilitam o exercício de um trabalho com responsabilidade. Será exposto como acontece a distribuição de recursos que chegam na escola, quais estratégias, avaliações e intervenções são elaboradas para um ensino eficiente e o desenvolvimento completo dos estudantes. As experiências durante as atividades do estágio fizeram notórias as necessidades de uma verdadeira gestão democrática, como a importância de manter o Projeto Político Pedagógico atualizado e que atenda às necessidades da comunidade escolar, bem como, a participação de todos os funcionários nos processos de atualização, além da essencialidade de uma comunicação com todos que fazem a escola.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado, Educação, Gestão Escolar.

INTRODUÇÃO

Este escrito terá como finalidade descrever e refletir sobre as atividades realizadas na área da Gestão Escolar desenvolvidas em uma escola de administração pública localizada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará. A instituição contava com 239 estudantes, funcionando nos turnos manhã e tarde oferecendo o nível de Ensino Fundamental I e a modalidade de Educação Especial Inclusiva. Tem presente a organização pelo conselho escolar, conta com um total de 30 (trinta) funcionários, o corpo

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, karen.guedes@aluno.uece.br;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, antonio.oliveira@aluno.uece.br;

³ Professor orientador: : Doutor pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, joilsondesousa@hotmail.com.

docente era composto por 16 (dezesesseis) profissionais, dentre eles, 10 (dez) efetivos e 6 (seis) temporários.

Inicialmente a diretora foi a responsável por mediar nossa interação na instituição e no primeiro momento nos informou sobre os documentos identitários que norteiam a atuação dos profissionais, estes são: o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP). Além disso, nos repassou que o ensino ofertado é organizado em seriação, as reuniões pedagógicas para planejamento aconteciam quinzenalmente e as ações de formação continuada eram oferecidas pela secretaria de educação do município. A instituição desenvolve alguns projetos na escola como, reforço e oficinas de leitura.

A escola está situada em uma comunidade onde muitas famílias se encontram em situação de vulnerabilidade social, conseguimos compreender melhor o contexto da instituição através do conhecimento de determinados fatos pertencentes a sua história. A escola foi fundada nos anos 60 (sessenta), pela necessidade de uma escola pública na localidade, de início contava com apenas uma sala de aula, após alguns anos de serviço foi desativada e reativada apenas na década de 90 após uma reforma, onde o prédio ganhou novos espaços educacionais.

No desenvolver desse escrito, serão abordados pontos relacionados a estrutura e organização escolar, planejamento dos professores, diagnósticos e atividades interventivas, a função do gestor, a administração, os recursos financeiros, projetos desenvolvidos pela instituição que contemplem a comunidade e favorecem a aprendizagem dos estudantes, a prática da educação especial na perspectiva inclusiva e sobre a presença do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Desta forma, será destacada a importância do estágio supervisionado na gestão escolar e as contribuições para o processo de formação. A observação da postura dos profissionais na prática, é extremamente importante para auxiliar nossa futura atuação no processo educacional como um todo, para Lima:

É importante a compreensão da escola dentro do sistema educacional e da implantação e implementação das políticas vigentes. A análise sobre o papel social da escola, por meio do levantamento de dados, registro e documentos oficiais, pode trazer valiosas informações para uma visão de conjunto das necessidades e problemas, das possibilidades e avanços da instituição escolar [...] (LIMA, 2008, p. 202)

É fundamental compreender as lacunas existentes entre o estagiário que está tendo sua primeira experiência na escola e o docente que já está atuando, que pode ser na direção, na coordenação pedagógica, ou, na sala regular, porém, ambos com percepções diferentes sobre um mesmo objeto de estudo, que é os processos legais e segmentos de uma gestão escolar, o ensino e a aprendizagem dos educandos. Outro fator relevante para entender a dimensão e extensão da instituição, para o estagiário se faz necessário o acesso à cultura do espaço-campo, para concretizar momentos de experiências e perceber aspectos que estão nas entrelinhas da rotina escolar, “É importante lembrar que cada escola tem um jeito especial, específico de conduzir o seu cotidiano e sua organização e de se posicionar diante das questões e desafios que surgem” (Lima, 2008, p. 199).

As reflexões serão apresentadas partindo de uma introdução, onde será abordado sobre a localização e o contexto escolar, seguindo para a metodologia onde serão apresentados os métodos realizados no estágio e na escrita do artigo, os resultados e discussões foram constituídos a partir de temas levantados em uma entrevista, pela percepção sobre uma gestão democrática e sua excepcionalidade no cumprimento dos fins educacionais. Bem como, diálogos com os autores como: Ostetto, Veiga, Paro, Hoffmann e Falcão. Finalizando com nossas percepções analíticas sobre uma gestão democrática escolar.

METODOLOGIA

Este estudo configura-se em uma abordagem qualitativa. A natureza qualitativa “[...] se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções [...], as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados” (Minayo. 2014) desta forma, será destacada a importância do estágio supervisionado na gestão escolar e as contribuições para o processo de formação de professores, apresentando as atividades e planejamentos realizados durante todo o estágio. Abordando a importância do estágio para a formação docente, pela possibilidade de uma instrução mais qualificada, através dos primeiros contatos com o planejamento e organização de cada setor em uma instituição escolar.

Os dados apresentados neste estudo foram produzidos a partir de conhecimentos obtidos no campo empírico e teórico, utilizando-se de instrumentos como relatórios, entrevista com questionário organizado e estruturado “é aquela em que o entrevistador

segue um roteiro previamente estabelecido as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas” (Lakatos, Marconi, 1991. p. 197), como também, a aquisição de dados por meio da observação “uma fonte rica para a construção de hipóteses é a observação que se realiza dos fatos ou da correlação existente entre eles. As hipóteses terão a função de comprovar (ou não) essas relações e explica-las” (Lakatos, Marconi, 1991. p.132)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início de nossas atividades fomos prontamente apresentados aos espaços existentes na escola, que podem ser descritos da seguinte forma: 5 (cinco) salas de aula; 3 (três) banheiros, dentre eles, um com acessibilidade; a cantina, devidamente equipada e organizada; uma sala de multimeios, utilizada para diversas finalidades, como por exemplo, descanso e reunião entre o corpo docente e para realização das atividades desenvolvidas pelas 3 (três) professoras readaptadas; a secretaria, onde atuam 2 (dois) administrativos efetivos; uma sala para o Atendimento Educacional Especializado (AEE); uma pequena quadra; um pátio; e uma sala de informática, com uma quantidade considerável de computadores em bom estado e com acesso a internet (não tivemos a oportunidade de constatar se esses equipamentos são disponíveis para o uso dos estudantes), é um espaço utilizado como sala para a diretora e a coordenadora.

Durante as visitas conseguimos compreender um pouco sobre a gestão da escola, através da análise dos documentos que norteiam a regência da instituição, como o PPP e o Regimento Interno, juntamente com a observação das ações da gestora e dos demais funcionários na prática, e também pela realização de uma entrevista com a diretora, que sem hesitação, nos forneceu as informações solicitadas. A diretora trabalhava a 23 (vinte e três) anos na educação e atua na área da gestão a 11 (onze) anos.

A princípio, foram realizados questionamentos que tratavam do planejamento dos professores. Nos foi esclarecido que este, é dividido entre dia de livre escolha para ser elaborado em suas residências, e 3 (três) horas de estudo na instituição, com o acompanhamento feito pela coordenadora pedagógica, que quando necessário, sugere atividades e orienta nas adaptações para os alunos com deficiência. Os momentos de planejamento contam ainda, com reflexões para diagnosticar a aprendizagem dos estudantes e os dados obtidos são considerados para a elaboração de atividades interventivas. Segundo Esmeralda Ostetto:

O planejamento educativo deve ser assumido no cotidiano como um processo de reflexão, pois, mais do que ser um papel preenchido, é atitude e envolve todas as ações e situações do educador no cotidiano do seu trabalho pedagógico. Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro pra empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para com o grupo. (Ostetto. 2000, p. 1)

Em seguida, indagamos sobre as funções do Gestor. A Diretora Geral, afirmou que sua função engloba a administração da escola como um todo, direcionando cada setor presente na instituição, porém, a coordenadora pedagógica teria um contato maior com o corpo docente, e a secretária seria a responsável pelo setor administrativo, com os dois técnicos auxiliares. A diretora acrescenta ainda, que acredita em uma gestão democrática, que decisões podem ser tomadas pela coordenadora em sua ausência, e que ambas atuam de forma colaborativa, sendo ressaltadas as decisões que envolvem a área financeira.

É nesse sentido, portanto, que vejo a necessidade de a escola organizar-se democraticamente com vista a objetivos transformadores (quer dizer: objetivos articulados aos interesses dos trabalhadores). E aqui subjaz, portanto, o suposto de que a escola só poderá desempenhar um papel transformador se estiver junto com os interessados, se se organizar para atender aos interesses (embora nem sempre conscientes) das camadas às quais essa transformação favorece, ou seja, das camadas trabalhadoras. (Paro. 2017, p. 15)

Ao observar na prática e conceituando sobre o que é gestão escolar/democrática que é descrita em muitos momentos, segundo Paro (2017) “Aceitando-se que a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade, parece faltar ainda uma maior precisão do conceito de participação” (p. 19). Uma gestão democrática é aquela que possui igualdade de participação, reflexão e manifestação de todos os sujeitos envolvidos, não, apenas, no processo de desenvolvimento e formação da criança, e, sim, na compreensão da cultura escolar, dos contextos das famílias que podem estar sendo impactadas negativamente a partir de marcadores como: raça, gênero, classe, etc. “Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não a tem como fim e sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, que é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões.” (p. 19)

Não é suficiente que o corpo docente e os familiares estejam presentes de maneira superficial nos momentos de planejamento e tomadas de decisões, sem que a gestão tenha

um mínimo de compreensão das reais necessidades dos seus educandos, bem como, da sua comunidade, é necessário transformar os mecanismos pedagógicos, os aspectos do próprio sistema de ensino, o currículo e os materiais pedagógicos como: livros didáticos, brincadeiras, avaliações, histórias e tudo que reforça estereótipos preconceituosos e discriminatórios.

Na sequência, a diretora descreveu como funciona os recursos como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que deve passar pelo seu direcionamento, dividindo o recurso do PDDE Básico, em despesa de custeio e despesa de capital, e o PDDE Qualidade que é só de custeio, é direcionado para compra de material didático. Ainda nesta perspectiva, foi comentado quanto ao encaminhamento dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), onde 60% é direcionado para o pagamento de profissionais e investimentos em formações, e os outros 40% para o pagamento dos profissionais que atuam diretamente na educação, os que estão inseridos nas secretarias, e para manutenções e reformas das escolas.

O PDDE é um programa que abrange a educação, criado pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE), uma forma de possibilitar recurso para os municípios, direcionados para todas as escolas. Geralmente, esse recurso passa direto para a escola, nos casos onde a instituição tem mais de 50 alunos cadastrados, caso contrário, o recurso será direcionado para prefeitura, para que ela se responsabilize pela gestão desse dinheiro. O programa foi criado desde ano de 1995, como forma de manutenção dos espaços educacionais, é de caráter complementar e objetiva a melhora das estruturas físicas e pedagógicas das escolas, visando seu fortalecimento, bem como a participação da sociedade.

A Portaria de nº 548, de 2 de julho 2024 “Estabelece a categorização de despesas do Programa Dinheiro Direto na Escola e de suas Ações Integradas na solução BB Gestão Ágil.” Que foi estabelecida a partir da resolução CD/FNDE Nº 7, de 2 de maio de 2024, que anuncia que as prestações de contas do FNDE serão operacionalizadas pelo banco do Brasil, que retém as principais informações de gastos financeiros e despesas. No seu primeiro inciso determina que “§ 1º Para os fins e as aplicações desta Resolução, são considerados programas desenvolvidos no âmbito do FNDE”, em seu terceiro parágrafo estabelece “III - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, de que trata a Lei nº 11.947, de 2009, incluindo as ações integradas (qualidade, estrutura e educação especial);

(Brasil. 2024, p. 01)

Ainda sobre o PDDE, pode-se considerar as entidades executoras, compreendendo-as como as prefeituras e as escolas, e também, as entidades mantenedoras que são as instituições vinculadas as prefeituras, mas sem fins lucrativos, como, por exemplo, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), atualmente essas instituições realizam um trabalho voltado para o atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência.

A educação encontra-se bem amparada por leis e com recursos para mantê-la, com isso é assegurado através do Estado, Distrito Federal e municípios, a partir dos impostos e transferências, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de acordo com o que está estipulado pelo Art. 212 da Constituição Federal:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (Brasil. 1988)

Os valores são repassados de forma individual a partir do quantitativo de alunos, com base no censo escolar do ano anterior, visando garantir uma educação de qualidade e a valorização do processo educacional. O FUNDEB também tem a função de realizar o pagamento do corpo docente, na compra de materiais didáticos e pedagógicos e de manutenção. A divisão do dinheiro destinado para cada instituição, acontece de acordo com o município em que a escola esta localizada, considerando os níveis de desenvolvimento econômico, portanto, o repasse desse recurso se dará de forma justa, tendo como base a equidade no momento de análise.

Dando continuidade nas discussões com a diretora da escola, ainda é apresentado sobre como é realizado o planejamento para as avaliações internas e externas, para esta primeira, a preparação é iniciada pelos diagnósticos, que constata o nível de aprendizagem dos estudantes, posteriormente são feitas as intervenções e as avaliações bimestrais. “A avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo (como hoje é concebida) para se transformar na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento.”

(Hoffmann. 2011. p. 19) como a avaliação faz parte da cultura escolar, deve ter um segmento de diagnóstico de aprendizagem do estudante e que permita ao educador se autoavaliar, e, a partir de um discernimento crítico perceber a assertividade em sua metodologia, para que possa acessar a necessidade específica do educando.

Sobre as avaliações externas, fomos informados que elas são trabalhadas previamente com as atividades similares, possibilitando o contato do aluno com os simulados, orientando-os, por exemplo, quanto ao preenchimento de gabaritos e duração da resolução da prova.

Quando solicitamos as informações sobre a elaboração do PPP, fomos informados que este estava desatualizado, mas que uma nova versão estava sendo construída e que nesse processo contou com a presença da comunidade, dos pais, dos representantes, do corpo docente e dos demais funcionários.

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupasse em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (Veiga. 2002, p.02)

Considerando o ato de avaliar contínuo, sistemático e processual. Foi possível identificar que este PPP desatualizado, apresentou disposições incoerentes sobre as avaliações para os estudantes com deficiência, aspectos que estão presentes inclusive, na maneira em como essas crianças são tratadas por algumas professoras.

A partir da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), da escola que é de 2016, foi possível perceber a abordagem em que a missão da escola é:

Assegurar aos alunos, habilidades e competências relevantes para uma educação eficaz num ambiente criativo, inovador, de respeito ao próximo em pleno desenvolvimento intelectual útil para a vida em sociedade (PPP, 2016, p. 02).

E então, partindo desse pressuposto, serem reconhecidos como uma instituição de qualidade e referência na comunidade através da efetiva preparação dos alunos. Algumas informações do PPP são bem ultrapassadas, ao observar, ficou notório que os métodos de avaliação que está no documento é excludente, deixando claro que as crianças com

deficiência tem que ser avaliadas com diferenças, vejo isso, com um olhar crítico, essa avaliação não pode ter separação, é necessário criar possibilidades interventivas de avaliar e considerando várias singularidades, sem sair do contexto do conteúdo, compreendo que é um documento antigo, e que um novo está em processo, e que vem com um novo olhar. Foi acessado o regimento escolar, que também é muito antigo, atualizado apenas em 2013, a diretora falou da necessidade de atualização urgente, nele, tem todos os parâmetros que a escola tem que seguir, assim, preservando sua cultura.

Compreendendo a importância da relação entre a família, a escola e a comunidade, a diretora declara ter uma boa aproximação com as famílias dos estudantes, considerando o contexto escolar onde a comunidade se encontra em vulnerabilidade social e econômica, a gestora ainda aborda sobre a desestruturação familiar que interfere diretamente no desenvolvimento e aprendizagem dos discentes, a mesma, fala sobre a problemática da evasão, muito comum no cotidiano da instituição, é relatado sobre a presença do projeto Busca Ativa Escolar. Este projeto, é colocado em prática quando há a necessidade de trazer estudantes de volta para a instituição, a equipe é organizada pela secretaria de educação do município e composta por professores, diretores e técnicos da educação, que se direcionam até a residência do educando, afim de dialogar com a família e trazê-lo novamente para a escola.

Os questionamentos finais abordaram sobre a compreensão da inclusão de estudantes com deficiência. Fomos informados quanto a presença do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é oferecido pela escola em contra turno, e realizado pela psicopedagoga, executando um acompanhamento com as crianças e com as famílias. Deste modo, é construído um trabalho de cooperação e parceria entre a profissional do AEE, a professora da sala regular, a gestão e a família.

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (Brasil, p.1. 2009)

Durante o desenvolvimento das atividades na instituição, e, a partir de algumas observações, foi possível perceber questões como: a gestão nem sempre acontecia como mencionado no início, nem tudo seguia uma ordem, muitas vezes as informações não

eram repassadas com nitidez, causando incômodos e desencontros. Foi presenciado algumas atitudes que nos causam reflexões sobre a atuação docente, como por exemplo, um educador pedir para que um estudante se retirasse da sala de aula, por motivos de não se concentrar nas aulas. Outro ponto que nos inquieta é a dificuldade e resistência de alguns professores por não compreenderem a importância de incluir as crianças com deficiência em uma perspectiva potencializadora que desenvolva a aprendizagem, alfabetização e letramento, como também, assegurar a sua permanência com condições dignas.

Porém, quando falamos em inclusão, ainda nos deparamos com inúmeros desafios em sua efetivação, como aqueles referentes às adaptações arquitetônicas e aos processos pedagógicos e atitudinais. A escola inclusiva não se institui por decreto; é um processo complexo, que exige mudanças estruturais na organização do trabalho pedagógico e nas crenças e sentidos sobre os estudantes que tem necessidades educacionais específicas. (Falcão; Oliveira e Oliveira. 2023, p. 30)

A Gestão aparenta falhar ainda, na comunicação com os pais e responsáveis dos estudantes, constatei algumas vezes, a falta do repasse de avisos importantes, que acarretaram certas confusões na rotina das crianças. Entretanto, compreendo que, as demandas da rotina escolar e as tomadas de decisões em tempo mínimo, acabam ocasionando tais imprevistos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado focado na gestão escolar, tem o objetivo de preparar o docente para compreender como funciona uma escola, as funções dos gestores, as distribuições de recursos recebidos pela escola, suas dificuldades, e a pluralidade existente na instituição de ensino. Construindo um olhar diferenciado, observando que cada funcionário tem sua contribuição para tentar desenvolver uma educação eficaz, esse trabalho não pode ser feito de maneira individual, e sim, de forma colaborativa. Com essa análise, o estágio colaborou na nossa formação permitindo uma maior aproximação com a instituição e possibilitando uma observação das regras, da cultura escolar, e das responsabilidades da escola com os alunos e comunidade.

Observamos alguns comportamentos e posicionamentos desfavoráveis em que os profissionais não souberam lidar com situações atípicas, expondo os alunos e com falas capacitistas direcionadas as pessoas com deficiência. Porém, presenciamos ações categóricas, principalmente da gestora, que age de forma proativa e precisa diante dos percalços.

Compreendemos que essas vivências contribuem para possíveis futuras ações em uma gestão escolar, dessa forma, seremos capazes de atuar de maneira assertiva, possibilitando um bom andamento da instituição, das práticas pedagógicas, das relações entre os profissionais, do processo de ensino e aprendizagem. Entendemos que para uma gestão democrática, a escola deve oportunizar o espaço de fala a todos os envolvidos, permitindo o compartilhamento de ideias e inquietações, assim será possível atingir o objetivo da instituição, que é uma educação de qualidade e que acolhe as especificidades e as formas de expressão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 de jul. de 2024.

BRASIL. **Portaria nº 548, de 2 de julho de 2024**. Diário Oficial da União. Brasília, ed. 128, seção. 1, p. 100. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias/2024/portaria-no-548-de-2-de-julho-de-2024-portaria-no-548-de-2-de-julho-de-2024-dou-imprensa-nacional.pdf>. Acesso em: 17 de jul. de 2024.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 7, de 2 de maio de 2024**. Diário Oficial da União. Brasília, ed. 85, seção. 1, p. 52. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/RESOLUOCD_FNDEN7DE2DEMAIODE2024RESOLUOCD_FNDEN7DE2DEMAIODE2024DOUImprensaNacional.pdf. Acesso em: 17 de jul. de 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB4/2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, seção 1, p. 17. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 11 de jun. de 2024.

FALÇÃO, G, M, B; OLIVEIRA, A, R; OLIVEIRA, E, S. Formação de Professores da sala comum: experiência extensionista para uma atuação inclusiva. *In*: FALÇÃO, G. M. B. **Educação inclusiva em diálogos: tessituras sobre a formação e experiências docentes**. Fortaleza: EdUECE. 2023.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

IGUATU. **Secretaria de Educação, Ciência e Ensino Superior**. Projeto Político Pedagógico. 2016.

IGUATU. **Secretaria de Educação, Ciência e Ensino Superior**. Regimento Interno Escolar. 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, M. S. L. Reflexão Sobre o Estágio/Prática de Ensino na Formação de Professores. Curitiba: **Revista Diálogo Educacional**, 2008. P. 195/205.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OSTETTO, L. E. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, L. E. (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios**. Campinas: Papyrus, p. 175-200, 2000. Disponível em: <https://www.drb-m.org/av1/29PLANEJAMENTONAEDUCACAOINFANTIL.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª edição Papyrus, 2002.